

Mundo tem até 2025 para reduzir as emissões de CO2 e impedir efeitos irreversíveis do aquecimento global, alerta relatório da ONU

Três anos para frear a catástrofe climática

» VILHENA SOARES

A humanidade tem apenas três anos para frear as emissões de poluentes do efeito estufa e impedir consequências irreversíveis ao planeta desencadeadas pelo aquecimento global. A data-limite faz parte da terceira e última parte do relatório produzido por especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) — um documento divulgado ontem e considerado referência nas discussões sobre mudanças climáticas. No mesmo dia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) revelou um dado que ilustra bem a atual urgência climática: praticamente toda a população mundial, diz a agência, respira um ar considerado impróprio. Ambas as entidades, que fazem parte das Nações Unidas, defendem que abandonar o uso de combustíveis fósseis é a melhor saída para reverter esse cenário catastrófico.

Nos últimos meses, o IPCC publicou as duas primeiras partes de uma trilogia de avaliações científicas que descrevem o efeito estufa e os seus prejuízos. A última parte, que foca nas medidas a serem tomadas para lidar com os problemas climáticos, foi divulgada após um trabalho exaustivo dos cientistas. “Esse documento vem sendo montado há quatro anos e, nos últimos três, nós sofremos alguns atrasos devido à pandemia. O relatório contou com a participação de 268 autores, de 65 países, e avaliou milhares de estudos científicos”, detalha Mercedes Bustamante, professora do Departamento de Ecologia da

Universidade de Brasília (UnB) e uma das autoras do relatório.

As análises do IPCC trazem dados preocupantes. Por exemplo, para que a humanidade tenha uma chance de pelo menos 50% de estabilizar o aquecimento global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, como definiu o Acordo de Paris, as emissões globais de gases de efeito estufa precisam atingir o pico entre 2020 e 2025 e cair 43% até 2030. A condição, porém, parece improvável de ser atingida, já que a produção desses gases nocivos apresentou queda durante a pandemia, mas voltou a subir em 2021. Segundo os autores do documento, as políticas públicas atuais abrem caminho para um aquecimento global de +3,2°C até o fim do século e, com isso, o objetivo de aumento máximo de 1,5°C na temperatura média do planeta está “fora de alcance”.

Os especialistas também concluíram que a quantidade de gás carbônico emitida até hoje corresponde a 80% de tudo o que a humanidade pode produzir se quiser ter uma chance de 50% ou mais de estabilizar o aquecimento da Terra em 1,5°C, mas a produção desse poluente gerada pelo setor industrial e a queima de combustíveis fósseis caiu apenas 0,3% por ano, na última década. Para atingir a meta de Paris, essa redução precisaria ser de 7,7% por ano (25 vezes maior). “Alguns governos e líderes empresariais dizem uma coisa, mas fazem outra. Para ser sincero, eles mentem. E os resultados serão catastróficos”, declarou o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, em uma mensagem de vídeo divulgada após o lançamento do relatório.



Queremos levar esses dados para a próxima Conferência do Clima (COP) e esperamos que não só os governos, mas também os consumidores, reflitam sobre o impacto do seu estilo de vida. É importante fazer essa virada de chave”

Mercedes Bustamante,
professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB) e uma das autoras do IPCC

Ina Fassbender/AFP



Usina de carvão na Alemanha: para os autores do IPCC, o “futuro viável” passa pelo fim do uso de combustíveis fósseis

Para saber mais

Alerta claro e prazo curto

“Na primeira parte do relatório do IPCC, vimos, de maneira muito clara, quais são os desafios climáticos que estamos enfrentando. Na segunda, tivemos uma noção do tamanho do sofrimento que eles vão causar, principalmente aos mais vulneráveis. Nessa nova etapa, as notícias seguem não sendo boas, pois nos mostram que não estamos no caminho correto. Mas temos opções para ajudar a frear a emissão de gases tóxicos e o efeito estufa. Para conseguir isso, temos que tomar ações

imediatas e profundas, assumindo um compromisso sólido de reduzir essas emissões até 2030. Só assim, conseguiremos manter o compromisso firmado no Acordo de Paris. Não passar do 1,5°C é algo cada vez mais urgente. Nós já estamos na prorrogação do segundo tempo e ainda não fizemos essa mudança de rota.”

Stela Herschmann,
especialista em política climática do Observatório do Clima

Para Mercedes Bustamante, o documento emite mensagens importantes. “Ele mostra que não estamos seguindo a trajetória de quem quer cumprir o Acordo de Paris e que a possibilidade para que isso ocorra está centrada nos próximos anos. Lembrando que manter o 1,5°C não garante que ficaremos sem sofrer impactos, até porque já estamos vendo eventos extremos no planeta e desequilíbrios no

ecossistema”, enfatiza a professora da UnB.

Novos hábitos

Os autores do relatório avaliam que a medida que pode impedir um cenário climático catastrófico é o abandono de fontes de energia poluentes. Eles defendem que, até 2050, o uso de carvão deve ser extinguido totalmente, com uma redução de pelo

menos 60% no uso de petróleo e de 70%, no de gás. Além disso, para que o futuro da humanidade seja “viável”, as emissões de CO2 devem ser reduzidas até 2025. “Estamos diante de uma encruzilhada. As decisões que tomarmos agora podem garantir um futuro viável. Temos as ferramentas e o conhecimento necessários para limitar o aquecimento”, diz o chefe do IPCC, Hoesung Lee.

Entre as medidas indicadas, está avançar na implementação de tecnologias de absorção de CO2 da atmosfera, que nunca foram utilizadas de forma massiva. “É essencial ter políticas públicas, infraestruturas e tecnologia para poder mudar nosso estilo de vida e nossos comportamentos”, defendem os autores. Na avaliação de Bustamante, o Brasil é um país com potencial para adotar as mudanças sugeridas. “Trocar combustíveis fósseis pelos biocombustíveis e substituir o plástico por materiais feitos de biomassa, por exemplo, é o caminho certo a seguir. Um país com grandes extensões naturais, uma agricultura bem instalada e um histórico de energias sustentáveis, como o Brasil, tem potencial para essa mudança”, justifica.

Assim que o documento foi divulgado, especialistas da área ambiental se manifestaram a favor das propostas. “O relatório de mitigação do IPCC mostra que já temos os caminhos para o combate à crise climática e que eles passam, para além de soluções tecnológicas, por soluções políticas”, afirma, em comunicado, Marcelo Laterman, porta-voz de Clima e Justiça do Greenpeace Brasil, que também chama a atenção para a importância da justiça climática. “Sem o enfrentamento e a correção das desigualdades históricas, tanto entre países quanto entre povos, classes, raças, gêneros, territórios, entre outras, não haverá saída efetiva para essa crise”, justifica.

A opinião é compartilhada por Mercedes Bustamante. “Queremos levar esses dados para a próxima Conferência do Clima (COP) e esperamos que não só os governos, mas também os consumidores, reflitam sobre o impacto do seu estilo de vida. É importante fazer essa virada de chave, mas sem esquecer que ela precisa vir acompanhada com outras preocupações, como a redução da pobreza, da vulnerabilidade e da justiça social”, diz uma das autoras do relatório.

99% da população mundial respira ar poluído

Praticamente toda a população mundial, 99% das pessoas do planeta, respira um ar com quantidade de partículas poluentes maior do que o recomendado, alerta um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS). A agência das Nações Unidas também mostra, no mesmo documento, que os moradores de países de baixa e média renda sofrem com as maiores exposições aos tóxicos e que a redução do uso de combustíveis fósseis é uma medida urgente para enfrentar esse cenário tão ameaçador à saúde global — a estimativa é de que 7 milhões de pessoas morram anualmente devido à poluição atmosférica.

O documento divulgado ontem considera dados de 117 países colhidos entre 2010 e 2019. Os especialistas monitoraram a quantidade de partículas com diâmetros iguais ou inferiores a

10 micrômetros (PM10) ou 2,5 micrômetros (PM2,5) presentes no ar. Esses materiais minúsculos, especialmente o PM2,5, conseguem penetrar profundamente nos pulmões e entrar na corrente sanguínea, causando impactos cardiovasculares, cerebrovasculares e respiratórios. Pela primeira vez, a equipe também analisou as medições terrestres das concentrações médias anuais de dióxido de nitrogênio (NO2), um poluente urbano comum associado a doenças respiratórias, principalmente a asma.

As análises indicam que os países de baixa e média renda seguem apresentando maior exposição a níveis insalubres de PM, em comparação à média global. Em 17% das cidades de países de alta renda, o nível de partículas PM2,5 ou PM10 está abaixo das diretrizes estabelecidas. Já nas nações de baixa e média renda,

a taxa cai para 1%. Os padrões de NO2, por sua vez, refletem outro cenário, com uma diferença menor entre as localidades.

“Cerca de 4 mil cidades e territórios em 74 países coletam dados de NO2 ao nível do solo. Em conjunto, as medições mostram que apenas 23% das pessoas nesses locais respiram concentrações médias anuais de NO2 que atendem aos níveis da versão recentemente atualizada das Diretrizes de Qualidade do Ar da OMS”, relatam os autores do documento. Essas regras foram revisadas no ano passado e se tornaram mais rigorosas, em um esforço, segundo a agência, para ajudar os países a avaliarem melhor a salubridade do ar.

Energia limpa

O novo relatório também traz uma série de medidas a serem

tomadas para reduzir os níveis de poluição atmosférica. A redução do uso de combustíveis fósseis é uma das mais estratégicas, apontam os autores. “As preocupações atuais com a energia destacam a importância de acelerar a transição para sistemas mais limpos e saudáveis. Os altos preços desses produtos, a segurança energética e a urgência de enfrentar os dois desafios — da poluição do ar e das mudanças climáticas — ressaltam a necessidade premente de avançar mais rapidamente em direção a um mundo muito menos dependente de combustíveis fósseis”, afirma, em comunicado, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. Outras medidas indicadas no relatório são construir sistemas de transporte público seguros e acessíveis, criar redes amigáveis para pedestres e ciclistas, implementar padrões mais rígidos de emissões e eficiência dos veículos, melhorar

Justin Tallis/AFP



Poluição atmosférica é ligada a 7 milhões de mortes anuais

a gestão de resíduos industriais e municipais e reduzir a incineração de resíduos agrícolas. O monitoramento da qualidade do ar, também indicado, passa por um momento promissor. Há um número recorde de cidades, mais de 6

mil, fazendo esse controle, mostra o documento. O número representa cerca de 80% da população urbana do mundo, segundo Sophie Gumy, do Departamento de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Saúde da OMS.